



Evento	Reunião híbrida do Grupo de Trabalho para apresentação de estudos e propostas de aprimoramento das atividades relacionadas aos Oficiais de Justiça
Data	28/1/2026
Horário	16h
Local	Sala de reuniões da Presidência e Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	- Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador, Sérgio Polastro Ribeiro (titular); - Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini (suplente); - Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional, Lúcia Zimmermann; - Juiz Virgílio de Paula Bassanelli, Coordenador da Divisão de Execução de São José do Rio Preto; - Leandro Vinicius Miranda Cauneto, Coordenador da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial; - Regina Mari Enomoto Tabarini, Diretora da Secretaria Conjunta de São José do Rio Preto; - Wagner Antônio Cristal Junqueira, Chefe da Divisão de Execução de São José do Rio Preto; - Nemevaldo Felipe Junior, Oficial de Justiça atuante na Área de Apoio de São José do Rio Preto - Fernandópolis; - Anderson dos Santos Fernandes, Oficial de Justiça atuante na Área de Apoio de São José do Rio Preto - Fernandópolis; - Vagner Oscar de Oliveira e João Paulo Zambom, respectivamente representantes titular e suplente da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; - Joaquim José Teixeira Castrillon representante titular e suplente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região; - Carlos Eduardo Buzan Larica, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausências justificadas	- Henrique Augusto Hauschild, representante suplente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região.
Tópicos debatidos	- PROAD 13958/2025 - requerimento postulado pela Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – ASSOJAF15 e propostas do Grupo de Trabalho - Continuação da reunião do dia 14/10/2025.

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS

O Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador, Sérgio Polastro Ribeiro, iniciou a reunião com agradecimentos pela presença, salientando que a ata é instrumento de registro de memória, no qual consta o resumo dos assuntos tratados.

Atendendo ao pedido da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, destacou-se que: a) Lilian Barreto abordou a temática segurança e vulnerabilidade no deslocamento, risco de atuação em áreas desconhecidas e perspectiva de gênero, enfatizando a potencialização quando se trata de oficiais de justiça mulheres; b) Henrique Augusto Hauschild trouxe a questão da metrificação do trabalho (IPEX e Estatística), opinando que tais instrumentos apontam resultados que não refletem a carga real de trabalho; c) João Paulo Zambom demonstrou preocupação quanto à eficiência administrativa em relação à distribuição laboral. Nesse sentido, o conteúdo da manifestação do ASSOJAF foi acolhido como constante da reunião anterior, a fim de suprir as lacunas apontadas na ata daquela reunião.

Dando prosseguimento, o Coordenador apresentou um panorama do funcionamento do sistema de equalização da carga de trabalho de juízes e servidores na primeira instância, citando que o paradigma atual do TRT-15 possui reconhecimento do CSJT e da Corregedoria-Geral da JT. Enfatizou que o papel pendente de definição no novo modelo é a atuação dos oficiais de justiça, relatando também ser de conhecimento da Administração a carência de servidores.

A Magistrada Lúcia Zimmermann noticiou que o CNJ deve regulamentar, em breve, a localização de pessoas e bens por oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário, conforme a Resolução CNJ nº 600/2024. Nesse sentido, a elaboração de proposta regional por este Grupo de Trabalho objetiva pensar no processo de equalização dos oficiais por grupo heterogêneo, para possível solução regulamentadora para a realidade local, atendendo também à norma superior.

Na sequência, o Juiz Coordenador propôs que a Corregedoria apresentasse os parâmetros para a construção de texto conjunto, iniciando-se pela equalização das ferramentas eletrônicas.

O oficial Vagner Oscar de Oliveira ressaltou a importância de um direcionamento a ser dado

pela instituição, pois hoje os oficiais consideram que a previsibilidade é ausente.

O oficial João Paulo Zambom enfatizou as peculiaridades dos oficiais de justiça para a construção normativa. Dito isto, a Magistrada Lúcia Zimmermann destacou a importância da ASSOJAF no processo.

O representante do SINDIQUINZE, Joaquim José Teixeira Castrillon, demonstrou preocupação com a escassez de mão-de-obra e seus reflexos no processo laboral do Tribunal.

A servidora Regina Mari Enomoto Tabarini opinou pelo estabelecimento de pesos para as diligências, adotando-se, assim, um caráter mais qualitativo. Dispôs que a equalização tem como fim a eficiência e o melhor atendimento ao jurisdicionado.

João Paulo Zambom questionou a estatística do IPEX, afirmando que a mensuração leva em consideração números absolutos, que podem não refletir a real carga de trabalho.

Anderson dos Santos Fernandes mostrou preocupação quanto ao deslocamento dos oficiais, devendo ser elemento de ponderação na construção normativa.

Vagner Oscar de Oliveira sugeriu a individualização dos mandados, com a figura do oficial de justiça preventivo, bem como a análise do redimensionamento das áreas de atuação.

Resultados: Tecidos os debates, o Colegiado concordou com os seguintes procedimentos a serem providenciados: apresentação de proposta pela Corregedoria Regional e manifestação dos integrantes deste Grupo de Trabalho sobre a equalização de ferramentas eletrônica, deslocamento, área geográfica de atuação e IPEX, a começar por uma proposta em relação à equalização da força de trabalho em relação às ferramentas eletrônicas.

O servidor Carlos Eduardo Buzan Larica, representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, ficou encarregado de incluir as manifestações da ASSOJAF, do SINDIQUINZE e da Divisão de Execução de São José do Rio Preto no PROAD 13958/2025.

Ao final, o Excelentíssimo Juiz Coordenador agradeceu a presença de todas e todos e

encerrou a reunião às 18h08. A próxima reunião está prevista para o mês de fevereiro ou tão logo a Corregedoria Regional apresentar a proposta de equalização em relação às ferramentas eletrônicas.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	30/1/2026
Ata aprovada por	Juiz Coordenador, Sérgio Polastro Ribeiro	Em	12/3/2026